

Bloco quer discutir no Parlamento a lei que cria as Entidades de Gestão Florestal

2017/07/14 - 12:20pm

O governo quer abrir a fundos financeiros privados o domínio da gestão da floresta e a concentração da pequena propriedade. Bloco quer apreciação parlamentar da lei.

Confrontado com um decreto lei que torna iminente um processo de concentração privada da propriedade florestal, o Bloco de Esquerda requereu a apreciação parlamentar ^[1] do Decreto-Lei nº 66/2017, de 12 de junho, que Estabelece o regime jurídico de reconhecimento das Entidades de Gestão Florestal ^[2] (EGF).

Com o recurso a este mecanismo parlamentar, o Bloco provoca o debate e a votação na Assembleia da República de um decreto já aprovado pelo Conselho de Ministros e publicado.

Com as EGF, o Governo abre a fundos financeiros privados o domínio da gestão da floresta e a concentração da pequena propriedade. Estas sociedades começam por ganhar uma espécie de passaporte para acumularem apoios públicos, benefícios fiscais, isenções de IRC, IRS, IMT e Imposto de Selo.

Em vez de dinamizar o associativismo e a gestão coletiva da floresta com princípios de equidade e de justa distribuição de encargos e proveitos, considera o deputado Carlos Matias que o decreto lei está talhado para facilitar que fundos financeiros ligados aos grandes interesses florestais concentrem propriedade e dominem a floresta para as celuloses, impulsionados por fortes apoios públicos.

O deputado bloquista que integra a Comissão de Agricultura vê com preocupação a possibilidade de o discurso do Governo sobre a elaboração do cadastro e a deteção de terras sem dono conhecido ter subjacente e como objetivo abastecer de terras a custo zero essas sociedades designadas por entidades de gestão florestal.

No requerimento de apreciação parlamentar apresentado pelo Bloco, é referido que sendo certo que o capital social destas entidades pode ser inteiramente dominado por fundos financeiros ou por grandes proprietários, nos termos do referido Decreto Lei, o controlo das opções e atividades das EGF escapará aos pequenos proprietários.

Carlos Matias disse que ?o decreto governamental deixa de fora a possibilidade de as associações florestais se poderem constituir em EGF?, o que ?beneficia o surgimento das sociedades dominadas pelos fundos financeiros e desvirtua completamente o objetivo de uma gestão comum da floresta pela exclusão de uma das formas mais utilizada pelos pequenos produtores florestais para se organizarem, a associativa.?

Outro aspecto crítico também apontado pelo Bloco neste requerimento é o facto de o diploma do Governo conferir carácter obrigatório à certificação florestal, o que promove o aparecimento de uma nova área de negócio, o da certificação de normas florestais feita por empresas privadas, que vai onerar os pequenos produtores. A certificação florestal deverá ser de adesão voluntária sempre que os produtores nela vejam uma mais valia para os seus produtos, sustenta o Bloco.

Em abril, o Grupo Parlamentar do Bloco apresentou um projeto lei alternativo, que cria as Unidades de Gestão Florestal [3], para agregar exclusivamente pequenos/médios proprietários florestais e autarquias, num modelo associativo ou cooperativo, para a gestão conjunta e com escala de blocos florestais.

Sobre o/a autor(a):

- Biblioteca
- Agenda
- Jornal Esquerda
- Blogosfera
- Comunidade
- Revista Vírus
- Wikifugas
- Ficha Técnica

Source URL: <http://www.esquerda.net/en/artigo/bloco-quer-discutir-no-parlamento-lei-que-cria-entidades-de-gestao-florestal/49804?page=0>

Links:

[1] <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=41537>

[2] <https://dre.pt/application/file/a/107507282>

[3] <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=41180>